RESENHA

Luciano Vasapollo et *alli*
A Europa do Capital: transformações do trabalho e competição global.
São Paulo: Xamã, 2004.

LEONARDO ANDRÉ PAES MULLER
GRADUANDO DA FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO (FEA/USP)

No meio do século XX tivemos o que foi denominado de "fase de ouro do capitalismo" baseada, grosso modo, no sistema fordista de produção. Este foi acompanhado, na esfera estatal, pelas políticas keynesianas, concretizadas no "welfare state". A partir do início dos anos 1970, porém, ocorre a falência deste modelo. No momento em que o fordismo reconhece seus próprios limites e entra em crise, junto com ele, vai o modelo de sociedade criado a partir da linha de produção. Nesta fase posterior, denominada pós-fordista, ocorre uma "(...) reclassificação do antigo conflito social, na forma de uma competição territorial, em uma época na qual nenhum território pode construir um mercado em que prevaleça a sua própria produção, em um momento no qual cada território deve ser, ao mesmo tempo, exportador e importador, em uma época em que se esvaeceu a identificação característica do período de ouro do fordismo envolvendo o espaço territorial e o espaço produtivo" (p. 89-90).

É nesse sentido que os autores começam o livro apontando a seguinte contradição: "(...) se é verdade que a economia encontra-se globalizada, por que, ao invés de reforçar e dar maior poder aos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC), etc., foram criados o euro e a União Européia?" (p. 21); colocando-a no interior de um quadro mais amplo de competição global que "(...) não acontece, como queriam os ditames econômicos do capitalismo, entre empresas do mercado mundial, mas se configura cada vez mais como uma competição entre áreas econômicas, entre blocos econômicos" (p. 21). É da análise da tríade composta pela União Européia, Estados Unidos e Japão (este como centro potencial de um novo bloco, apesar das contradições existentes entre os países componentes, o bloco asiático) que eles efetivamente partem.

Dentro desse quadro, "(...) o euro está inscrito em uma lógica mercantilista, pois visualiza um bloco regional europeu em condições de competir com os Estado Unidos e o Japão, mesmo que aparentemente a globalização tenha o significado de abertura de mercados e fronteiras" (p. 31).

Os blocos são montados no sentido de garantir políticas de defesa do mercado que facilitem os ataques do capital ao trabalho, seja permitindo isso, de uma forma direta, pela flexibilização da legislação trabalhista, seja atuando ele mesmo, de forma indireta, por exemplo, na destruição do sistema de seguridade social.

Dentro de um movimento de aumento desenfreado da "financeirização" da economia temos o desmonte de antigos parques industriais. Esse processo, que ocorre num nível mundial, dá-se pelo que os autores denominam de "deslocalização produtiva", a qual acompanha a criação de redes de empresas, também num nível internacional. De um lado, *joint ventures*, empresas de pequeno porte combinando-se entre si, criação de redes e sistemas virtuais de empresas que podem, temporariamente, operar como se fossem uma única empresa; de outro, filiais, a terceirização, fábricas modulares, etc. apresentam uma busca incansável por menores custos do trabalho e, por conseqüência, maiores lucro.

Segundo os autores, não podemos pensar esse processo sem "considerar que os altos níveis de conhecimento tecnológico e científico tornam-se indispensáveis e assumem relação cada vez mais estreita entre vários setores empresariais de cada país" (p. 35). Seja nos meios de comunicação e transporte necessários à manutenção de uma empresa na competição realmente global; seja na necessidade de mão-de-obra com um determinado nível de "capital intelectual" capaz de manusear as novas tecnologias; ou, por fim, seja nos consumidores de produtos cada vez mais sofisticados, é impensável a sociedade atual sem o elevado nível de conhecimento nela necessário.

Podemos apontar algumas conseqüências desse processo: o aumento dos custos fixos das empresas que torna "indispensável ter sócios internacionais que contribuam para a amortização dos custos fixos e apóiem a definição de estratégias que maximizem a rentabilidade da empresa" (p. 36); o aumento da importância da propriedade intelectual, com suas transferências de *licensing*, o pagamento de *royalties*, e o crescimento dos setores de P&D das empresas; num plano que se situa além do nível empresarial, emerge toda uma reformulação das políticas públicas no setor de educação, tais como, por exemplo, a mudança do papel desempenhado pelas universidades, a criação de universidades corporativas e empresas de educação, etc., em resumo uma mercantilização da educação, especialmente a de nível superior.

Obviamente esse desenvolvimento não se dá por igual em todo o globo, muito pelo contrário, pois "(...) do ponto de vista da identificação das zonas de atividade produtiva, há duas modalidades complementares entre si: o novo setor denominado pós-fordista e as filiais internacionais" (p. 39). Forma-se assim um sistema centro-periferia com alto afluxo de riqueza em direção ao centro. É nesse sentido que podemos entender como "(...) os processos de deslocalização econômica compõem-se de fenômenos de desconcentração geográfica da produção, ao mesmo tempo em que, freqüentemente, associam-se a intensos processos de concentração financeira e da propriedade" (p. 43). Mesmo dentro dos blocos dominantes se dá esse processo, como pode ser notado "na constituição de 'Três Europas': a do núcleo forte,

a dos atuais membros da União Européia não-admitidos no euro e a dos ex-países socialistas" (p. 50).

Nessa leitura, o Estado aparece como "comitê de relações do capital financeiro", o que "põe diretamente 'em xeque' sua própria função", no sentido de que "essa condição retira, mais que as outras, a substância do papel do Estado no sistema político e econômico do capital" (p. 73). Nessa lógica, o Estado deve "administrar a contínua transferência de riqueza advinda do trabalho para o sistema financeiro rentista e do lucro" (p. 74); ao fazê-lo, assume uma série de novas funções e se torna um "Estado competitivo". A definição das novas áreas de influência e dos novos mercados internacionais para suas empresas cabe aos "Estados fortes"; já a definição de quem vai receber a ajuda financeira dos organismos multilaterais e os investimentos externos diretos depende da competição entre os denominados "Estados fracos". Há também um óbvio entrelaçamento entre os dois pólos (forte e fraco) como já havíamos indicado acima, no sentido de uma relação centro-periferia.

Para finalizar devemos analisar as mudanças no mundo do trabalho e dos trabalhadores nas quais "a derrubada do modelo fordista levou ao nascimento dos novos modelos da 'acumulação flexível'. (...). Esta reorganização do capital caminha *pari passu* com o trabalho manual cada dia mais mal remunerado, deslocado e não-regulamentado; com a flexibilidade e precariedade impostas sobre o mundo do trabalho e sobre o conjunto do *habitat* social; com os serviços terceirizados e pouquíssimas garantias, já que não se pode mais estabelecer a conexão entre quantidade produzida e preços" (p. 112).

"O trabalho por conta própria, a precariedade do trabalho, a flexibilidade do salário, a ocupação interina, o teletrabalho, o trabalho intermitente, a multifuncionalidade do trabalhador, a fábrica dispersa e integrada, representam a real participação dos trabalhadores no incremento da produtividade" (p. 113). Incremento de produtividade que não tem contrapartida, a não ser no retorno do capital, exatamente porque, "na atual situação, o salário converteu-se apenas em um custo, que deve ser reduzido ao máximo possível" (p. 113). Isso é conseguido devido à "formas mais ou menos ocultas de precarização generalizada, ligadas à chantagem da mobilidade e flexibilidade do trabalho e do salário, por meio da cooptação produtivo-empresarial e social dos trabalhadores funcionais, para o novo ciclo de acumulação flexível no qual o capital está vivendo" (p. 114). Voltando a Marx, o que temos é o aumento da extração da mais-valia absoluta e relativa convergindo num mesmo processo: "(...) também as novas formas de trabalho caracterizam-se extensivamente mediante a forma de cooptação social, que vai mais além da fábrica e do trabalho produtivo classicamente entendido, por meio da comunicação e da informação, recursos do capital da abstração, colocado de imediato na produção. O trabalho imaterial é entendido como aquele que produz o 'conteúdo informativo e cultural da mercadoria', aquele que modifica o trabalho operário na indústria e no setor terciário, de onde as tarefas vêm subordinadas às capacidades de tratamento da informação, da comunicação horizontal e verti-

cal". Uma característica contínua imutável, porém: "É sempre do trabalho assalariado que se trata!" (p. 117).

Todas essas transformações não nos soam estranhas. Mesmo numa observação superficial da situação do trabalho no Brasil podemos ver todas as tendências apresentadas no livro organizado por Luciano Vasapollo e redigido por ele e seus companheiros: flexibilização, terceirização, crescimento do mercado informal, desmonte do sistema de seguridade social, subempregos, escravidão, etc., todos sintomas de uma crescente precarização do trabalho provocada pelo sistemático ataque do capital ao seu outro, o trabalho. É exatamente devido a isso que podemos dizer que, apesar da análise deste livro concentrar-se na Europa, mais especificamente na Itália, temos, de fato, uma fotografia não da Europa do capital, mas sim do Mundo do capital.

RESENHA

Valério Arcary

As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista.

São Paulo: Xamã, 2005

Sergio Lessa
Professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

O livro de Valério Arcary, *As esquinas perigosas da história*, conseguiu uma raríssima unanimidade. De reconhecidos defensores de Stálin, como o professor Quartim de Morais, a dirigentes políticos muito distantes das posições políticas defendidas pelo autor, como João Pedro Stédile, do MST, passando pela totalidade de seus resenhistas, todos reconhecem a importância e atualidade da obra. Importância do tema (a complicadíssima questão das situações e crises revolucionárias), competência do autor (que domina como poucos as crises de nossos tempos) e atualidade metodológica (com o emprego de reconhecidas categorias marxianas) são atributos que todos coincidem em reconhecer.

Sua tese central é que a fase terminal do modo de produção capitalista resultaria em refrações em escala nacional sob a forma de crises e situações revolucionárias: França (1968), Espanha (década de 1930), Alemanha (1918-1923, 1929-1933), Chile (1973), Portugal (1975), queda da ditadura militar Argentina (1978), campanha das Diretas no Brasil (1984); as derrubadas de

Collor no Brasil, de Mobutu no Zaire, de Andrés Peres na Venezuela, de Suharto na Indonésia; Inglaterra (anos 1920 e meados dos anos de 1970), Bolívia (1995), Haiti (1980), Paraguai (1990), Tchecoslováquia (1989) e, finalmente, o bloco soviético entre 1989 e 1991. Viveríamos uma situação história em que tenderiam a desaparecer as situações não-revolucionárias e na qual "raros são os países que não viveram processos de revolução social"(p. 94; tb. p. 119). Neste contexto histórico, as crises tenderiam a se converter em processos revolucionários de dois tipos: os "fevereiros", revoluções políticas que marcariam as mudanças de regime político, e os "outubros", revoluções sociais que colocariam em questão o próprio capital. Ao longo do século XX, segundo o autor, teríamos vivenciado cinco vagas revolucionárias (1917-1923, 1930-1937, 1944-1964, 1968-1990, 1989-1991) e, provavelmente, estaríamos no presente momento presenciando uma sexta com uma característica original: a primeira tendo por epicentro a América Latina.

Aceitando-se os pressupostos do autor e identificando todas estas crises como revoluções ("fevereiros" ou "outubros"), a questão inevitável seria a razão desta impressionante sucessão de revoluções ter dado origem a uma não menos impressionante sucessão de derrotas.

Valério Arcary não têm dúvidas a este respeito. Dado que desde o século XX a história é a da crise estrutural do modo de produção capitalista, as causas das derrotas não poderiam ter qualquer base na situação histórico-objetiva. Resta, portanto, o fator subjetivo. É neste sentido que evolui Arcary: nas derrotas, o fator predominante teria sido a carência da consciência revolucionária das massas. Este seria a principal causa do esgotamento da maioria dos processos revolucionários, "fevereiros" ou, mais raramente, "outubros". A resolução do problema da subjetividade seria, portanto, a questão decisiva desta nossa quadra histórica.

Por questão subjetiva, o autor também possui uma posição inequívoca: "não há consciência sem organização, não há organização sem direção" (p. 56). A resolução da questão da consciência passaria pela existência da direção de uma organização revolucionária. Tal organização, por sua vez, deve ser centralizada, pois a história teria evidenciado que revoluções requerem direções centralizadas (p. 48; e p. 70-71). A carência de uma direção revolucionária de um partido centralizado seria, para o autor, o fator principal nos esgotamentos dos processos revolucionários das cinco vagas de revoluções que conhecemos até o presente momento.

Esta concepção do que seria o fator subjetivo em um processo revolucionário articula-se, por sua vez, com uma concepção bastante ampla dos processos revolucionários. A longa lista do que o autor considera situações revolucionárias e que incluem processos tão distintos quanto a queda de um Collor, no Brasil, até a derrubada de Kerenski, requer imperativamente uma concepção amplíssima de revolução. Segundo o autor, as revoluções seriam a "aceleração dos ritmos históricos da mudança, pela agudização da luta dos sujeitos sociais", com duas características fundamentais: 1) "uma crise terminal do regime político de dominação"; e 2) "uma mudança de relação de forças tão profunda entre as classes que se abre um período de pluralidade de poderes" (p. 36-37). Não seria a transição de um modo de produção a outro, portanto, não

seria o papel histórico que definiria uma revolução, mas sim a eclosão de uma crise com as duas características mencionadas, mesmo que seu resultado final não efetue a passagem ao socialismo e ao comunismo.

Esta ampla definição coloca um problema imediato. A dualidade de poderes, típica dos processos revolucionários, não compareceu nas crises dos últimos 25 anos, como o próprio autor assinala. Esta dificuldade é enfrentada por uma ampliação ainda maior do conceito de revolução. Estas conteriam não apenas a forma clássica da dualidade de poderes, mas também uma nova modalidade não "institucionalizada" (p. 37).

Tanto esta concepção da subjetividade revolucionária (só existe em presença da direção de um partido centralizado), quanto esta concepção de revolução (não a passagem de um modo de produção a outro, mas um levante das massas), estão longe de serem uma unanimidade entre os revolucionários. Tal como o autor argumenta que a história demonstrou que sem direção centralizada não há revolução, seria também possível argumentar que esta mesma história também demonstrou que as revoluções lideradas por partidos centralizados foram incapazes de realizar a transição ao socialismo. Do mesmo modo, poder-se-ia recorrer à história para argumentar o exato oposto de Valério Arcary, isto é, que o capitalismo tem demonstrado sua enorme plasticidade e capacidade em conter conflitos os quais, mesmo quando extravasam a forma institucional burguesa, não têm sido capazes de superar os limites do capital. Teríamos, então, não as cinco ou seis vagas revolucionárias de "fevereiros" e "outubros", mas um longo período histórico em que o capital teria sido capaz não apenas de superar, mas absorver estas crises, impulsionando a si mesmo a novos patamares de desenvolvimento.

Parece-nos que a forma como Valério Arcary recorre à história abre sempre a possibilidade de se voltar o argumento contra o que ele pretende demonstrar. Assim, por exemplo, nem a complexa relação entre a teoria revolucionária, a direção política e o movimento espontâneo das massas trabalhadoras que marca as revoluções, nem a caracterização dos nossos dias como uma vaga revolucionária ou como um período contra-revolucionário, são questões que poderiam ser resolvidas por um recurso à evidência histórica tal como encontramos no texto.

Fica ainda, em aberto, uma outra questão. Se, de fato, vivenciamos no passado recente as vagas revolucionárias identificadas por Valério Arcary; se, realmente, todas as condições objetivas para as revoluções já estariam historicamente maduras há quase um século, por que a questão subjetiva teria permanecido tão imatura e incompleta? Quais as causas históricas mais profundas deste descolamento entre o amadurecimento histórico da objetividade e a carência universal do fator "subjetivo"? Constatar historicamente a carência do fator subjetivo ao lado do alegado amadurecimento dos fatores objetivos não resolve a questão. Apenas a torna mais aguda e urgente, pois quais seriam as causas do não surgimento das direções revolucionárias, nos termos postos por Valério Arcary? Recorrer às traições – verdadeiras e que devem ser sempre denunciadas e jamais esquecidas, senão como aprender com os erros do passado? – não resolve,

ainda, o problema. Pois, porque as traições tenderam a predominar no movimento revolucionário, e não as posições revolucionárias que supostamente seriam muito mais condizentes com o amadurecimento histórico da revolução?

Colocadas estas poucas questões, podemos agora acrescentar o que, a nosso ver, corresponde a uma das grandes virtudes do livro em questão. Além da atualidade e da pertinência do tema, o texto possui, ainda, uma outra grande qualidade: concordemos ou não com suas teses principais, avoca o debate para muitas das questões centrais para os revolucionários de nossos dias. Por isso, a nosso ver, é uma leitura obrigatória.

RESENHA

Marcos Del Roio
Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926).
São Paulo: Xamã, 2005

CLAUDIO REIS
DOUTORANDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

Originalmente fruto de um trabalho de Livre-Docência, apresentado em 2003 ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*, de Marcos Del Roio, vem a público como um importante instrumental de análise para se compreender um tema extremamente complexo do pensamento gramsciano. Rico em elementos históricos da época, o texto de Del Roio desenvolve de modo processual todo o movimento reflexivo de Antonio Gramsci sobre a "fórmula política da frente única".

O trabalho está organizado em quatro capítulos: 1. *Guerra, revolução e cisão comunista em Gramsci*, 2. *O paradoxo entre cisão comunista e frente única*, 3. *Refundação comunista e frente única em Gramsci* e 4. *A estratégia da frente única antifascista*. Logo na Introdução de seu texto, Del Roio desenvolve uma argumentação que já está presente em seu trabalho anterior *O Império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*, na qual está explícita a tentativa de inserir Antonio Gramsci no movimento teórico e político do comunismo. Segundo Del Roio, Gramsci, juntamente com Georgy Lukács, colocou-se dentro do que ele denomina de "segunda fase da

refundação comunista". Dando continuidade ao movimento teórico, político e cultural anterior, liderado por Rosa Luxemburg e V. Lenin. Em outras palavras, tal "refundação comunista" possuiu como marca característica a atualização histórica da filosofia marxiana, em oposição ao movimento revisionista característico da virada dos séculos XIX e XX.

Uma vez inserindo Gramsci neste movimento de "refundação comunista", Del Roio se coloca em franco diálogo com as outras leituras sobre o pensamento do italiano. Leituras, em muitos casos, utilizadas não apenas para o debate intelectual "desinteressado", mas também para a luta política mais aberta e explícita. Portanto, a "tradução" feita por Del Roio do pensamento pré-carcerário do autor italiano não tem como horizonte os *espaços* puramente acadêmicos, pois busca alcançar uma dimensão político-cultural mais ampla. Seu olhar sobre a obra gramsciana do período pré-carcerário não tem como objetivo uma análise "neutra", pois sua reflexão parte do reconhecimento de que em se tratando de autores, como Gramsci, qualquer palavra escrita deve ter como referência o debate, a contestação e a divergência.

No 1° capítulo, o autor faz uma introdução ao tema da "cisão comunista", ressaltando, num primeiro momento, os posicionamentos político-filosóficos de Lenin e Rosa Luxemburgo. Del Roio afirma que, na visão do primeiro autor, o "Oriente-russo" já apresentava a necessidade, desde cedo, de romper com o reformismo e com o "esquerdismo" pequeno-burguês dos anarquistas. E isso pode ser visualizado, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, pela atitude dos bolcheviques em relação aos mencheviques e aos social-revolucionários. Já no Ocidente, somente depois de tal conflito mundial é que a "cisão comunista" passou a ser vista seriamente. Nesta primeira fase da "refundação comunista", Del Roio identifica na Alemanha o *espaço* do Ocidente no qual a "cisão" foi levada à frente, fundamentalmente, por Rosa Luxemburg. No entanto, para a autora, a "cisão" somente tornou-se uma condição inevitável em fins de 1918, com a fundação do Partido Comunista Alemão (KPD). Em última análise, tal demora em se romper com o reformismo da Segunda Internacional e da social-democracia alemã foi uma das responsáveis pela derrota da revolução comunista alemã de princípio de 1919.

E foi com essa postura de "cisão" que Gramsci acaba por se inserir na "segunda fase da refundação comunista". Como diz Del Roio: "(...) a fundação, em Turim, da revista *L'Ordine Nuovo*, por iniciativa de Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca, cujo numero inaugural saiu em 1° de maio de 1919, originou uma nova vertente da cisão. Como um suporte cultural muito diferente do positivismo que permeava o socialismo italiano, e exatamente aquele que daria estofo para a cisão e a refundação comunista"(p. 42).

Para Gramsci, a necessidade de se desvincular de algumas das principais organizações operárias ficou bastante explicita no biênio-vermelho (1919-1920), quando é iniciada uma ampla greve geral entre os trabalhadores do Norte da península. Nesta ocasião, o Partido Socialista Italiano (PSI) e Confederação Geral do Trabalho (CGL), colocaram-se em oposição ao movimento grevista. Isolando, assim, o grupo do *L'Ordine Nuovo*. Como diz Del Roio, "No limiar da cisão,

Gramsci afirma que o cerne da questão política estava todo em se transformar efetivamente o PSI, orgânica e ideologicamente, num partido comunista, com a exclusão dos reformistas e a adoção de um programa e de uma prática revolucionárias" (p. 45).

A consumação da "cisão comunista", na Itália, deu-se em 21 de janeiro de 1921, num congresso realizado no teatro de San Marcos, de Livorno, com a fundação do Partido Comunista da Itália.

Diante do refluxo da revolução operária mundial e da ofensiva do capital, surge no âmbito da Internacional Comunista, a política de "frente única" — nascida originariamente em 1921 na Alemanha. E foi no Terceiro Congresso da Internacional Comunista (IC), ocorrido em entre 22 de junho e 12 de julho de 1921, que tal fórmula política foi debatida e aprovada. "A frente única do proletariado é, então, vista como um meio de se contrapor à ofensiva do capital e de entabular uma nova estratégia revolucionária" (p. 64).

E foi com essa questão que Del Roio iniciou o 2° capítulo de seu livro. Aqui, o autor analisa de modo minucioso todo o tenso processo de implementação da fórmula política de "frente única" entre os comunistas italianos destacando sempre a atuação de Gramsci.

A principal questão de divergência entre os membros do PCI e a IC dava-se pelo fato dos italianos não aceitarem a aliança com o recém cindido PSI. Num primeiro momento, os comunistas italianos defenderam uma "frente única" a partir do movimento sindical. Na verdade, para Gramsci, o fundamental era que a classe operária obtivesse o controle da produção e o movimento sindical poderia ser um meio para tal objetivo. Neste momento, como argumenta Del Roio: "está claro, para além de qualquer outra consideração, que a IC não levou em devida conta a argumentação de Gramsci sobre a particularidade da situação italiana, que afiançava que a única forma política possível de a frente única atuar na Itália seria por meio da frente única sindical, tendo em vista o caráter e a tradição não-economicista do sindicalismo italiano" (p. 71). De qualquer forma, Gramsci viu-se diante de uma questão bastante complexa: como se manter aliado a IC, sem ter, ao mesmo tempo, que se aliar ao PSI — como era exigido pela Internacional?

Como conseqüência dessa postura da IC frente o PCI, estimulando a fusão com o PSI, "com a esperança de contar com um partido mais forte e que atuasse na política de frente única, redundou, de fato, numa maior debilidade da resistência operária diante do fascismo" (p. 83). De qualquer forma, de Moscou, Gramsci "notificava a decisão da direção da IC de que fosse criado na Itália um novo periódico voltado ao movimento operário, no qual houvessem espaços para todas as vertentes que permaneciam no âmbito da luta de classe: anarquistas, republicanos e sindicalistas, ainda que a direção devesse ser compartilhada entre os comunistas e terceiro-internacionalistas, sempre com o cuidado de evitar que estes instrumentalizassem o jornal para travar uma luta particular contra a direção do PSI. O novo jornal deveria ser, assim, um órgão da política de frente única, daí a sugestão de intitular-se *L'Unità*". Em decorrência disso, "a fórmula política da frente única começava a plasmar-se na realidade da formação social italiana e a idéia

de que na Itália tal política só poderia ter expressão prática nos sindicatos havia sido já deixada para trás. Agora se tratava de vasculhar na concretude da formação social italiana os elementos que deveriam compor a frente única, de modo que o conhecimento da realidade do país, das lutas sociais e das particularidades regionais passava a ser imprescindível para dar batalha ao fascismo e para a construção de um novo Estado" (p. 88). A partir desse momento, começam a ser feitas algumas reflexões sobre a "questão meridional", sugerindo já a palavra de ordem da união "operário-camponesa".

Por meio desse posicionamento de defesa da fórmula política de "frente única" é que Antonio Gramsci envereda pela linha da "refundação comunista". No entanto, num momento em que surge no horizonte do movimento comunista mundial uma profunda regressão teórica, principalmente após a morte de Lenin. O momento em que o núcleo dirigente bolchevique entra numa tensa disputa pelo poder do Partido. E frente a essa regressão teórica do movimento comunista mundial e principalmente soviético Gramsci aos poucos vai se afastando para, assim como Lukács, dar inicio à "segunda fase da refundação comunista".

No 3° capítulo, Del Roio demonstra *pari passa* os dilemas encontrados pelo autor italiano em sua ação política. Um dos problemas encontrados por Gramsci correspondia justamente em como manter o vínculo com a IC, sendo que essa caminhava sob o impacto do movimento comunista mundial para a regressão teórica? Além disso, como conciliar a "cisão comunista", fundamental para a refundação político-cultural do movimento operário, e a política de "frente única" defendida pela IC — a qual exigia dos comunistas italianos uma aproximação com o PSI? De maneira geral, para Gramsci "a frente única na Itália deveria buscar concretizar a palavra de ordem do 'governo operário-camponês' a partir da realidade do país, em disputa contra a aristocracia operária e o reformismo" (p. 117). Na verdade, aqui já está sugerida a noção de hegemonia do proletariado.

Tendo em vista o fortalecimento do fascismo, Gramsci percebe na "frente única" uma maneira de resistência das classes subalternas. Assim, a estratégia da "frente única" objetivava criar uma coalizão social entre a classe operária e o campesinato que se opusesse ao fascismo e ao capitalismo. Como Del Roio afirma: "a aliança operário-camponesa seria, então, o fulcro da frente única na Itália, a qual deveria estar voltada contra a burguesia organizada pelo fascismo e, eventualmente, também contra uma possível 'aristocracia operária', burocratizada e corrompida pelo capital" (p. 135). De fato, o tema colocado aqui é o da hegemonia da classe operária.

No 4° capítulo, o autor demonstra como Gramsci direcionou a fórmula política de "frente única" contra o fascismo. Detalhando como se deu o debate interno do PCI, sobre como seus dirigente definiam o caráter do partido revolucionário. E aqui, o autor faz destaque ao debate entre Gramsci e Bordiga sobre a concepção de partido. Se por um lado, Gramsci acreditava que o partido revolucionário deveria ser "parte" da classe operária, ou seja, organicamente ligado aos trabalhadores; para Bordiga tal partido deveria ser composto por um grupo profissional locali-

zado "fora" da classe, dando continuidade a uma certa idéia de "vanguarda". Neste capítulo, o autor estabelece ainda uma interessante ligação entre a questão nacional italiana e o movimento internacional - com especial destaque para a "questão russa". Com isso, busca encontrar a dialética gramsciana entre o nacional e o internacional, elemento fundamental para que o autor italiano pudesse compreender de modo claro os rumos da política de "frente única" em seu país.

Em sua conclusão, Del Roio aponta a fórmula política da "frente única" ainda como um meio possível de aglutinação das forças progressistas das classes subalternas, em direção de uma realidade avessa ao estranhamento criado pelo capital. "É assim que deve ser encarada a possível atualidade da fórmula política da frente única das massas trabalhadoras, sobre seu valor estratégico, sobre seu conteúdo e sobre o papel do mundo do trabalho, dos movimentos sociais e do partido revolucionário" (p. 187).

Grosso modo, muitas das questões abordadas por Del Roio demonstram uma incrível atualidade. Questões como "refundação comunista", "cisão comunista", "política de frente única", etc, parecem continuar sendo um desafio para o movimento operário mundial e, claro, para o brasileiro também. Isto de certo modo se explica pelo fato da época de Gramsci ainda ser, em certo sentido, a época atual. Marcos Del Roio recupera, com rigor de historiador e cientista político, todo o dilema encontrado na ação revolucionária de Gramsci. E tudo indica que tais dilemas ainda estão presentes nos dias atuais, exigindo uma ação também revolucionária.

Enfim, com esse trabalho, Del Roio, além de contribuir para as pesquisas do período pré-carcerário de Gramsci, também se insere definitivamente no debate e no movimento de "tradução" da obra gramsciana no Brasil.